

O FENÔMENO DAS FAKE NEWS: IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

THE FAKE NEWS PHENOMENON: IMPLICATIONS FOR THE FOREIGN POLICY OF THE BOLSONARO GOVERNMENT DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Andressa Gabrielly de Lacerda Mendes¹

¹Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: glm.andressa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6947-9521>

Pablo Ávila Militão²

²Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: militaopablo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3430-7196>

Renata Moraes Simões³

³Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: renata.simoesm@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6947-9521>

Recebido em: 14/04/2021 | Aceito em: 29/10/2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 10, 2021

Andressa Gabrielly de Lacerda Mendes, Pablo Ávila Militão e Renata Moraes Simões

DOI: 10.12957/neiba.2021.59141 | e59141 | ISSN: 2317-3459

RESUMO

O uso de plataformas como o Twitter por políticos, como Bolsonaro, tem mudado a comunicação política. Associado a isso, a rapidez com que a informação circula por tais ambientes proporciona a disseminação de desinformação e *fake news*, especialmente durante a pandemia do COVID-19 a partir de 2020. Diante disso, o artigo busca entender como o presidente Jair Bolsonaro utilizou o fenômeno das *fake news* como base da sua comunicação política durante a pandemia do COVID-19 e qual a influência desse fenômeno para a política externa brasileira. A hipótese inicial é de que a propagação de informações sem conteúdo confiáveis é utilizada como ferramenta política por Jair Bolsonaro. Nesse cenário, a política externa brasileira sofre influências diretas devido a ocorrência de tal fenômeno, com novas diretrizes internacionais e posicionamentos, acarretando a perda de credibilidade internacional brasileira e, ainda, colocando em risco a aquisição de vacinas pelo país.

Palavras-chave: *Fake News*; Jair Bolsonaro; Política Externa

ABSTRACT

The usage of social media, like Twitter, by politicians, such as Jair Bolsonaro, have changed the political communication. That said, the information has circulated quickly and provides a favorable environment for disinformation and fake news, especially during the COVID-19 pandemic from 2020. Based on that, the article aims to understand how the Brazilian president, Jair Bolsonaro, has used fake News as the ground for your political communication during the COVID-19 pandemic. It also aims to understand which is the influence of this phenomena to the Brazilian foreign policy. The initial hypothesis is that the dissemination of information without reliable content is used as political tool by Bolsonaro. In this scenario, the Brazilian foreign policy is under direct influence of this phenomena, with new international guidelines and positioning, resulting in the loss of the Brazilian international credibility and risking the vaccines acquisition by the country.

Keywords: *Fake News*; Jair Bolsonaro; Foreign Policy.



1. INTRODUÇÃO

As interações propiciadas pela Internet através das redes sociais possibilitaram a disseminação de conteúdo a um alcance até pouco tempo inimaginável. Nesse sentido, a forma, as consequências e os impactos dessas interações no mundo real têm, atualmente, instigado estudos. Mais recentemente, essa metodologia de difusão de informações foi adotada pelas campanhas políticas, não somente como forma de comunicação, mas também como método de interação com seus públicos-alvo. Além disso, o aparecimento de um fenômeno recente causa ainda mais atenção à temática de disseminação de informações: as *fake news*.

Alsina (2009) argumenta que as notícias que não correspondem com a verdade sempre existiram. No entanto, as *fake news* representam uma distorção, informações erradas ou mal apuradas, e, acima de tudo, possuem o propósito de enganar sua audiência visando gerar alguma vantagem. O fenômeno das *fake news* ainda é caracterizado pela velocidade de disseminação de informações e um certo nível de profissionalização da multiplicação destas para atingir, cada vez mais, uma audiência maior.

Paralelamente a isso, no ano de 2019, o mundo volta seus olhos para a China. Na cidade de Wuhan, identificou-se a propagação de um vírus (*Sars-CoV-2*) – COVID-19, comumente chamado Coronavírus. A doença se espalhou rapidamente pelo mundo, atingindo milhões de pessoas e ocasionando a morte, até o momento, de mais de um milhão de pessoas ao redor do mundo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a situação como pandêmica em março de 2020. O alastramento da doença foi acompanhado pelo crescimento de informações, nem sempre verdadeiras, divulgadas pelos meios de comunicação – o que inclui até mesmo os canais oficiais de alguns países⁴. Como consequência, a circulação de informações distorcidas e falsas acarretou uma segunda pandemia: a proliferação de notícias falsas acerca do Coronavírus. Esse segundo

⁴ A propagação de notícias falsas pelas redes sociais é também vinculada às contas oficiais dos representantes do Estado, visto que Donald Trump as utilizou, recentemente, para alertar que a gripe seria mais letal que o próprio Covid-19 (Trump, 2020). O conteúdo de sua mensagem foi ocultado pela rede social devido conter informações perigosas relacionadas ao Covid-19.



movimento, assim como o primeiro, atingiu o mundo todo e passou a ser tratado pela OMS como uma infodemia (Galhardi *et al.*, 2020).

A partir desse cenário, levantamos os seguintes questionamentos: Como o presidente Jair Bolsonaro utilizou as *fake news* como base da sua comunicação política durante a pandemia do COVID-19 em 2020? Quais as consequências desse fenômeno para a política externa brasileira (PEB) durante a pandemia do COVID-19 no mesmo ano?

Testamos a hipótese inicial de que a propagação de informações sem conteúdo confiável é utilizada como ferramenta política por Jair Bolsonaro, com o intuito de mobilizar interesses políticos e econômicos favoráveis a seu mandato. Em especial, durante a pandemia do COVID-19, testa-se que a disseminação das *fake news* pelo governo ocorreu como um mecanismo de distorção de informações de modo a esconder a urgência e os perigos causados pelo vírus. Nesse cenário, a PEB sofre influências diretas devido à ocorrência de tal fenômeno, propondo novas diretrizes internacionais e posicionamentos antiglobalistas contrários à atuação da OMS, assim como acarretando a perda de credibilidade internacional brasileira e, ainda, colocando em risco a aquisição de vacinas pelo país. Diante disso, o artigo tem como objetivo entender como Jair Bolsonaro utiliza do fenômeno das *fake news* para basear sua comunicação política durante a pandemia do COVID-19 em 2020 e quais as consequências disso para a PEB.

O artigo será composto por três seções. A primeira, aborda os conceitos teóricos relativos à política externa e à comunicação a partir dos fenômenos causados pela Internet, em especial as *fake news*. A segunda, apresenta a comunicação política de Jair Bolsonaro durante a pandemia, em 2020. A terceira seção, por fim, discorre sobre as ações da PEB do governo de Jair Bolsonaro na pandemia do COVID-19, bem como suas consequências para o país.

2. POLÍTICA EXTERNA, COMUNICAÇÃO E FAKE NEWS: ABORDAGEM TEÓRICA

A política externa e a comunicação são conceitos relacionados, especialmente ao se considerar a política externa como política pública e utilizar a Análise de Política Externa (APE) — subárea das Relações Internacionais — como base conceitual e teórica. Como escreve Hudson (2005) a APE é caracterizada pela teoria do ator específico, que se baseia



no entendimento de como o ser humano percebe, reage, molda e é moldado pelo mundo.

Para Hudson (2005), o ser humano é o tomador de decisão, ao invés do Estado, ao apresentar teorias de diferentes níveis de análise; possibilidade de aperfeiçoar o conceito de agente (presente na teoria de agente e estrutura); possibilidade de mobilizar conceitos como motivação e emoção, além de ser a ponte natural das RI para outros campos, como política comparada e política pública. Segundo Milani e Pinheiro (2013), a APE utiliza o âmbito doméstico como variável explicativa para o comportamento dos Estados no âmbito internacional, além de ressaltar o poder do agente nas escolhas internacionais dos Estados.

Os autores acrescentam, ainda, que diversos fatores, como os processos de globalização, a revolução tecnológica e da informação e a ação transnacional de grupos de ativismo e movimentos sociais, mudaram as concepções sobre o papel do Estado no que tange a política externa. Na atualidade, as relações internacionais implicam em uma diversidade de atores atuantes em assuntos internacionais, como líderes, burocracias, lobistas, *think tanks*, organizações não governamentais, mídia e opinião pública (Alden e Aran, 2017).

Para Milani e Pinheiro (2013), no entanto, as ações de tais atores não podem ser consideradas política externa, dado que esta deva ser associada a alguma forma de autorização estatal. É nesse sentido que se considera a política externa como política pública, ao reconhecer que sua formulação e implementação estão inseridas nas escolhas de governo, que resultam de coalizões, barganhas, disputas e acordos. Esses podem ser realizados não só pelo Itamaraty - no caso brasileiro - como também por outras pastas e órgãos do governo ou pelos outros atores já mencionados.

Um dos atores capazes de contribuir para a formulação da política externa é a mídia. Barth (2007) escreve que a mídia é a portadora da informação e central na construção da imagem da política elaborada pelas pessoas. No que tange à política externa, Fontes *et al.* (2017) discorrem sobre o funcionamento da mídia como instrumento de propaganda, com o intuito de vender uma imagem ou discurso político. Ela é “um dos fatores de influência no estímulo ao debate público, favorável ou não a alguns discursos, incidindo



nos comportamentos sociais, estruturando visões de mundo e gerando percepções de impacto na opinião pública” (Fontes *et al.*, 2017, p. 445).

Com o desenvolvimento tecnológico no âmbito informacional, uma subdivisão do conceito de mídia é desenvolvida, entre mídia nova e tradicional. A mídia tradicional seria televisão, rádio e jornais físicos, enquanto a nova mídia corresponde às redes sociais e *blogs* da Internet. A popularização da nova mídia, associada a um discurso antimídia tradicional, resultou na adesão de políticos - chefes de Estado, legisladores, ativistas, e outros - às redes sociais como meio de exercer uma comunicação direta e integrativa com o público (Fontes e Santos, 2017).

A ausência de um *gatekeeper* presente nas novas mídias, em especial as redes sociais, permite que cidadãos e agentes políticos interagem livre e diretamente entre si⁵. Essa personificação da comunicação é bastante usada por políticos como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Apesar de não romperem totalmente com a mídia tradicional, a preferência pelas novas mídias é evidente em ambos os casos, sendo as *fake news* proferidas pela mídia tradicional referente a eles uma das justificativas para isso.

O conceito de *fake news* usado por Bolsonaro é, no entanto, equivocado. As *fake news* não provêm somente da mídia tradicional, mas principalmente da nova mídia, por meio dos seus usuários e do alto fluxo de informações que correm as redes diariamente. Segundo Moroni (2017), as *fake news* são notícias adulteradas ou falsas, criadas para causar danos intencionalmente. Giglietto *et al.* (2019) acrescentam ainda que as *fake news* podem ser invocadas por atores políticos, de modo a desacreditar reportagens críticas da mídia tradicional. Segundo Wardle e Derakhshan (2017, p. 20-22 citado por Moroni, 2017, p. 138):

as *fake news* correspondem a três categorias de características informacionais:
 1- *Misinformation* – informação falsa, porém ela não é criada e nem compartilhada com a intenção de causar danos.
 2 - *Disinformation* – informação falsa e criada propositadamente com o objetivo de prejudicar um indivíduo, grupo sociais, organizações ou países.

⁵ Ressalta-se, no entanto, que a partir de 2020, redes sociais como Twitter e Youtube limita o acesso ou excluiu postagens que violem as diretrizes da comunidade. Em um caso extremo do Twitter, excluiu a conta do ex-presidente Donald Trump, devido aos seus posts com conteúdo de desinformação sobre a pandemia do COVID-19 antidemocracia e de incitação à invasão ao Capitólio dos EUA em janeiro de 2021 (Shinkman, 2021).



3- *Mal-information* - informação baseada em fatos, porém usada estrategicamente para prejudicar pessoas, organizações ou países (Wardle e Derakhshan, 2017, p. 20-22, citado por Moroni, 2017, p. 138).

A hipótese levantada no presente artigo é de que durante a pandemia do COVID-19 de 2020, o governo Bolsonaro, centralizado na persona do presidente, propagou informações sem conteúdo confiável como ferramenta política. No caso, entende-se que Bolsonaro usou a segunda característica das *fake news* – a desinformação – no combate à pandemia do COVID-19. Sua comunicação política é baseada por essa estratégia desde antes da pandemia, em que foi aprofundada devido à conjuntura.

3. A COMUNICAÇÃO POLÍTICA DE JAIR BOLSONARO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Segundo Gomes (2010), a comunicação política é uma forma de comunicação persuasiva nos processos de comunicação de massas e no comportamento político dos cidadãos, a qual engloba tanto o comportamento político, quanto eleitoral. Ela se instrumentaliza como propaganda ou publicidade eleitoral, sendo essencial para uma sociedade democrática (Lilleker, 2006; McNair, 2003). Ao longo da história, essa comunicação se desenvolveu e alcançou a fase atual, em que há uma personalização da política e cientificação das campanhas, especialmente pelo papel dos meios de comunicação (Santo e Figueiras; 2010). Nela ocorre um contato indireto entre os partidos e os cidadãos, com maior autonomia em relação à mídia, devido ao desenvolvimento tecnológico comunicacional: a Internet e as redes sociais. Um exemplo de campanha eleitoral dessa última fase é a de Barack Obama de 2008, o qual usou as redes sociais como plataformas de comunicação interpessoal com o eleitorado, o que lhe rendeu apoio financeiro para a campanha e, posteriormente, a vitória à presidência.

No caso brasileiro, o presidente Jair Bolsonaro seguiu essa tendência e também efetuou uma campanha eleitoral, em 2018, bastante personalista, a partir do uso das redes sociais para comunicação com seu eleitorado. Uma das redes mais usadas por Bolsonaro foi o Twitter, o qual é um dos principais canais de mídia social utilizados por líderes políticos, em uma prática que ficou conhecida como “*twiplomacy*”. Segundo a organização Burson Cohn & Waffle (2020), com a pandemia do COVID-19 a diplomacia ficou ainda mais digital, sendo o Twitter uma das principais plataformas por onde os



líderes políticos e governantes se comunicam com o público. Em 2020, Bolsonaro foi o 6.º líder mundial mais efetivo na plataforma (com base em uma média de *retweets* por *tweet* e *retweets* a cada 100 seguidores) e o 2.º líder latino-americano mais seguido, com 6,6 milhões de seguidores, atrás somente do presidente do México, Andrés Obrador, com 7 milhões. Esses números não significam, que aqueles que seguem Bolsonaro ou interajam com ele pela plataforma endossem o que é dito por Bolsonaro, mas eles podem ser um indicativo do que é mais relevante para aquele público (Lee e Xu, 2019).

Após pesquisa e análise de 434 *tweets* com referência à pandemia entre dezembro de 2019 e agosto de 2020⁶, mês onde o Brasil chegou a marca de 100 mil mortos pela doença, Baptista *et al.* (2020) apresentam que foram dois os principais tópicos abordados por Bolsonaro no Twitter: minimização da gravidade pandemia para a saúde das pessoas; e prestação de contas saber o que o governo tem realizado para conter os efeitos do vírus no Brasil. Em ambos os casos, as postagens disseminam *fake news* e atacam, eventualmente, a comunidade científica.

Como já mencionado, disseminar *fake news* faz parte da comunicação política de Bolsonaro. O presidente profere discursos, muitas vezes, sem fundamentação. Isso mobiliza a sociedade, nacional e, por vezes, internacional, especialmente em uma tentativa de refutar o que ele disse anteriormente. Essa tática de proferir notícias falsas é conhecida como *firehosing* e é usada não só por Bolsonaro, mas por outros políticos (Paul e Matthews, 2016). O objetivo de se comunicar dessa forma, aparentemente desordeira e descompromissada, é justamente gerar comoção e fomentar o debate em cima de tais temas. Além de mobilizar seus eleitores e defender sua posição de poder.

Especialmente no caso da pandemia do COVID-19, isso ficou em evidência, visto que o presidente foi contra as diretrizes da OMS sobre a gravidade do vírus e como agir diante da situação. Algumas falas simbólicas mostram isso, como a proferida em *live* no dia 13 de agosto, a respeito da hidroxicloroquina:

O meu exemplo, tomei [hidroxicloroquina] e duas doses depois, não estava com sintoma nenhum. Curado. Os meus ministros tomaram cloroquina, no nosso prédio da presidência, acho que mais de 100 pessoas tomaram. Todo

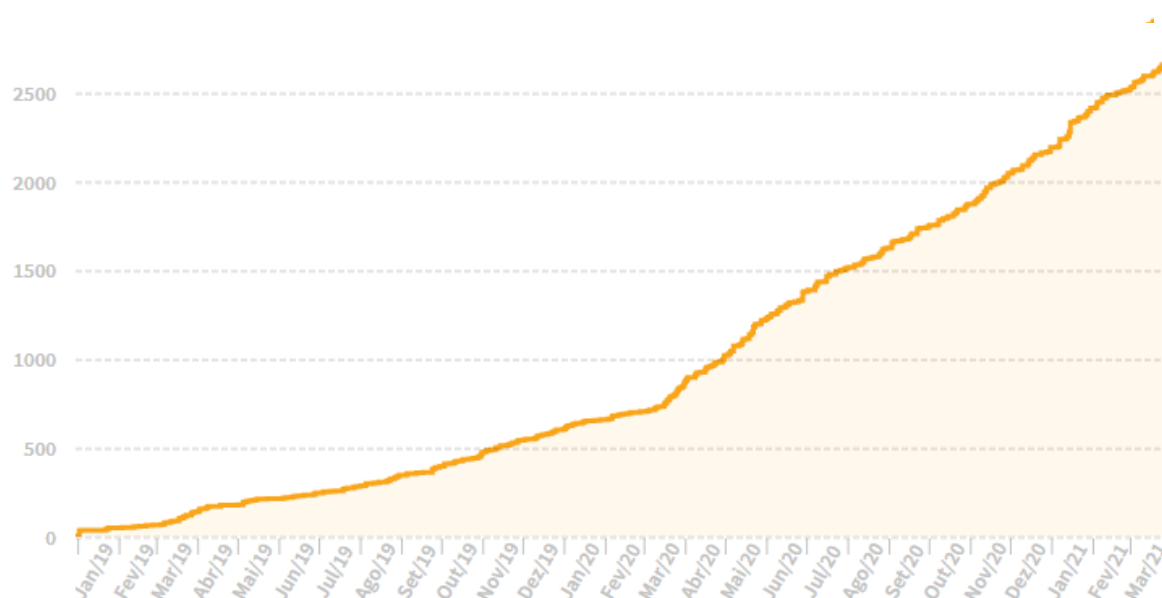
⁶ Ressalta-se que houve a exclusão de alguns tweets de Bolsonaro referentes à pandemia e ao COVID-19, os quais violam as diretrizes da comunidade. Tais tweets não foram contabilizados e analisados por Baptista *et al.* (2020), dado que já não estavam mais disponíveis quando seu artigo foi escrito.



mundo que eu fiquei sabendo tomou hidroxiclороquina (Bolsonaro, 2020, citado por Baptista *et al.*, 2020).

Essa característica da comunicação política de Bolsonaro não é, no entanto, exclusiva do período pandêmico, apesar de ter sido incentivada por ele. Como apresentado por Freitas *et al.* (2021), em 824 dias de governo Bolsonaro, 2693 declarações falsas ou distorcidas foram proferidas pelo presidente. Isso é visível na Figura 1 — Número de afirmações falsas ou distorcidas sobre todos os temas por mês (jan. 2019 – mar. 2020).

Figura 1: Número de afirmações falsas ou distorcidas sobre todos os temas acumulados (jan. 2019 – mar. 2021)



Fonte: Freitas *et al.* (2021).

A partir da figura é possível perceber como o número de declarações falsas ou distorcidas proferidas por Bolsonaro aumentaram consideravelmente durante o ano de 2020, se comparado ao ano anterior. Tal aumento se refere, principalmente, a questões da pandemia, nas quais se inclui a prescrição da cloroquina como medicamento preventivo ao COVID-19, o que é uma *fake news*, visto que sua eficácia não possui comprovação científica. (Kupferschmidt, 2020). O modo como essa *fake news* se instrumentalizou e as consequências dela, e de outras, para a PEB durante a pandemia serão abordados na próxima seção.



4. A POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: NEGACIONISMO E ISOLAMENTO

A PEB é apresentada, pela literatura acadêmica sobre o tema, com alguns posicionamentos constantes em sua atuação internacional: (i) sua vocação universalista; (ii) multilateralismo; (iii) não intervencionismo; (iv) pacifista; (v) defesa do princípio da autodeterminação; (vi) não interferência externa; e (vii) pragmatismo (Lafer, 2001; Lima, 2005; Amorim Neto e Malamud, 2015). Ademais, é apresentado o conceito de autonomia também por essa literatura, em que a busca desse Estado por uma independência no cenário internacional seria uma constante fundamentação e objetivo dessa política (Vigevani e Cepaluni, 2009). Não obstante, encontra-se também leituras contrárias a essa concepção de continuidade na PEB em torno de um conceito de busca por autonomia, demonstrando que o termo nem sempre fundamentou tais decisões (Lima e Pinheiro, 2018).

O cenário da PEB é modificado durante o governo de Bolsonaro (2019-), apresentando rupturas a esses posicionamentos tradicionais no cenário internacional e ao conceito de busca por autonomia. A mudança se inicia a partir da configuração dos grupos que apoiaram o então deputado federal à corrida presidencial. De acordo com Casarões (2019), existem cinco grupos de base de apoio do governo do Presidente Jair Bolsonaro: (i) a bancada evangélica; (ii) a bancada ruralista; (iii) a bancada militar; (iv) o núcleo antiglobalista; e (v) a equipe econômica neoliberal. Assim, há uma necessidade – e um enorme desafio – em alinhar as expectativas e os objetivos desse grupo heterogêneo em ações na Política Externa. Nesse aspecto, é percebido um embate entre o pragmatismo – algo necessário a essa política – e a ideologia no posicionamento brasileiro desde 2019 (Saraiva e Silva, 2019).

Entende-se por Política Externa ideológica aquela que prioriza princípios e soluções doutrinárias pré-concebidas em detrimento de ações assertivas, por conseguinte, “*an ideological foreign policy may be associated with and characterized by relatively short-term planning and a personalized vision of international relations related to a specific leader or administration rather than to a consistent national interest*” (Gardini, 2011, p. 17). Dessa forma, é percebido que a base ideológica exposta permanece nas ações de



PEB durante a pandemia do Covid-19, executando alianças ideológicas e defendendo medidas ao vírus contrárias às evidências científicas, pautadas na disseminação de *fake news*, como a prescrição da cloroquina e a criação intencional do vírus em laboratório pela China.

De modo geral, a resposta brasileira frente ao COVID-19 foi catastrófica, em todas as suas facetas, desde o sistema de saúde brasileiro, até o cenário econômico, social e político. A polarização política desencadeada pelos posicionamentos contrários de Bolsonaro chegou ao ponto de comprometer o pacto federativo da nação, em que há um embate entre o Presidente e seus apoiadores, de um lado, e do outro, instâncias estaduais e municipais. Se por um lado a ação do governo federal dá sinais de inexistente coordenação política e de não convergência com as recomendações sanitárias internacionais, os governos subnacionais agiram por conta própria adotando as recomendações da OMS e medidas de isolamento horizontal. Diante do enfrentamento federativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) interveio e outorgou aos governadores e prefeitos a capacidade de implementar medidas de combate à pandemia dentro de suas jurisdições (Ibañez, 2020; Santos e Albuquerque, 2020).

Ademais, com o apoio da ala de extrema-direita do governo, realçou os prejuízos econômicos que o isolamento social poderia acarretar. De acordo com Ibañez (2020), o discurso brasileiro que nega a gravidade da pandemia fundamenta-se principalmente em uma falsa dicotomia entre a economia e salvar vidas. É fato que a pandemia tem uma faceta econômica, principalmente em um país como Brasil onde perdura uma profunda desigualdade socioeconômica e os índices de pobreza e vulnerabilidade voltaram a subir. O presidente brasileiro, desse modo, foi enquadrado como parte de um pequeno grupo, chamado “Aliança do Avestruz”, de líderes mundiais que optam por ignorar a gravidade da pandemia. O grupo conta com Brasil, Bielorrússia, Turcomenistão e Nicarágua e recebe tal nome por fazer alusão ao comportamento da ave que esconde a cabeça no buraco em situações de perigo (Financial Times, 2020).

Nesse contexto, a rápida difusão da pandemia do COVID-19 em 2020, desencadeou a nível mundial e nacional uma crise multidimensional, caracterizada por muitos como “a maior crise de nossa geração” (Harari, 2020). No âmbito da política internacional, a



noção de governança global da saúde foi resgatada e amplamente discutida e questionada. O sistema conformado pela governança da saúde encontra-se em uma crise estrutural há décadas, tal fato decorre diretamente da crise da agenda multilateral em saúde em um contexto globalizado pró-mercado (Ferreira, Hoirisch e Buss, 2013).

Não surpreende que nesse cenário, o alastramento da pandemia do COVID-19 acarretou uma profunda crise sanitária ao nível mundial e transbordou em múltiplas crises econômicas, sociais, políticas e humanitárias (Senhoras, 2020). Destarte, a OMS tornou-se a coordenadora dos esforços internacionais para a contenção do vírus, bem como responsável pela propagação de informações e dados. Ressalta-se aqui a função crucial da organização como uma instituição produtora de informações qualificadas e transparentes sobre a pandemia, buscando assim, com a comunidade científica, o combate da disseminação de *fake news*. A atuação da organização nesse contexto foi alvo de elogios, ocasionados por sua rápida atuação, assim como de críticas e questionamentos referentes, em maioria, às mudanças de discursos institucionais (Luigi e Senhoras, 2020).

A perspectiva crítica à ação da OMS no contexto pandêmico baseou-se em posicionamentos antiglobalistas e negacionistas de governos de países onde, não por coincidência, há um descontrole de contágio e fatalidades pela doença, como Estados Unidos (EUA) e Brasil. Bolsonaro, frente o cenário de alastramento da pandemia e à elevação dos índices no Brasil, minimizou a crise sanitária global, pronunciou-se desrespeitosamente às vítimas do vírus e utilizou-se, diversas vezes, de seus meios de comunicação oficial – bem como se aproveitou da rápida replicação de informações por sua base eleitoral – para a divulgação de inverdades sobre a pandemia, como pode ser observado na insistência pelo uso de medicação sem comprovação científica.

O plano da política externa, assim como o interno, também é marcado pela ausência de coordenação política e pelo aumento do isolamento brasileiro em relação aos principais diálogos internacionais e regionais. Soma-se a isso o declínio na área da saúde global, cujos posicionamentos enunciados pelo governo colocam o país na contramão da história e do mundo contemporâneo, simultaneamente. Por um lado, a posição assumida pelo país contradiz anos de uma política externa desenvolvida na área da saúde, em que



o Brasil desempenhou papéis de relevância e até mesmo assumiu liderança de projetos nessa temática. Por outro lado, a criação de dificuldades por parte do governo federal no combate à pandemia acaba por complicar o posicionamento do país frente a um plano global de combate ao vírus e a distribuição de vacinas.

Tais dificuldades foram ocasionadas, em grande parte, pela disseminação das *fake news* em relação às temáticas sobre a pandemia, algumas, inclusive, propagadas pelo próprio presidente, característica de sua comunicação política. As *fake news* foram manifestadas por pronunciamentos oficiais do presidente e, por vezes, também por seus aliados. Dentre elas, podem ser citados alguns exemplos que reverberaram na mídia e na opinião pública, como: a minimização da gravidade da doença, chamando-a de “gripezinha” ou “resfriadinho” e referindo-se ao seu “histórico de atleta” (Brasil, 2020b); a constante construção da China como responsável pelo vírus e até mesmo apontando intencionalidade por parte do país para a propagação do comunismo, através de termos como “comunavírus” e “vírus ideológico” (Araújo, 2020); e, por fim, o constante questionamento e descredibilização da eficácia das vacinas, como quando o presidente proferiu a seguinte frase “Se você virar um jacaré, é problema seu” ao referir-se aos possíveis efeitos colaterais do imunizante da *Pfzer/BioNTech* (Diário De Notícias, 2020).

Assim como em outros âmbitos da PEB desde 2019, o Brasil optou por seguir os EUA de Trump e o posicionamento de Bolsonaro adotado para o combate da recente pandemia foi baseado no uso dos medicamentos Hidroxicloroquina e Cloroquina, apesar da inconsistência de estudos científicos provando sua eficácia para a cura do novo Corona vírus (Brasil, 2020a). A escolha dessa política está inserida em um contexto global específico em que outros líderes também a empregaram. Inicialmente adotada por Donald Trump, seguida por governantes como Jair Bolsonaro e Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, os medicamentos escolhidos como solução à crise de saúde representam um modo de governança em comum entre tais líderes: o conceito de “populismo médico” (Casarões e Magalhães, 2020). É percebido que ainda que tais drogas receitadas como guia de tratamento não possuam eficácia comprovada cientificamente, essas integraram em instrumentos de uma performance populista na



conjuntura de crise em saúde global, conservando, por conseguinte, a popularidade doméstica de tais políticos.

No contexto brasileiro, essa medida de saúde foi apoiada por grupos que formavam a base de apoio ao presidente, somando a opiniões de outros grupos que rejeitam o conhecimento científico tradicional, como cientistas independentes, terra planistas, antivacinas e negacionistas de mudanças climáticas (Casarões e Magalhães, 2020). A retórica sobre a defesa do uso desses medicamentos era acompanhada de ataque à mídia tradicional e ao conhecimento científico (Bolsonaro, 2020), reafirmando, portanto, o conceito de “populismo médico” apresentado anteriormente.

O alinhamento aos EUA também se seguiu frente à OMS. Quando o ex-presidente Trump declarou boicote à OMS, rompeu com a mesma e suspendeu as contribuições financeiras do país à instituição, o Brasil também ameaçou deixar o organismo. As alegações estadunidenses para tanto baseiam-se em suposições de que a OMS estaria beneficiando a China em resposta à pandemia e sobre a não responsabilização do país pela “criação” e disseminação do que Trump passou a chamar de “vírus chinês” (Trump, 2020).

Do lado brasileiro, Ernesto Araújo, chegou a trazer a questão para o lado ideológico, alegando, assim, que a China estaria criando o pretexto para o avanço mundial do comunismo (Araújo, 2020; Nery, 2020). A postura de Araújo foi amplamente criticada, porém os ataques de ordem xenofóbica não pararam e as relações com a China, o principal parceiro econômico do Brasil, foram tensionadas mais uma vez. Em março de 2020, o deputado Eduardo Bolsonaro posicionou-se através do *Twitter* comparando a situação do COVID-19 ao acidente de Chernobyl e atribuindo a culpa da pandemia à China. As reações de Pequim foram rápidas e as notas de repúdio e exigências de retratação, que nunca aconteceu, se seguiram (Bolsonaro, 2020).

Os ataques à China ganharam uma nova faceta quando da assinatura entre o laboratório *Sinovac* e o Instituto Butantan para a realização de testes da *Coronavac* no país e para posterior produção e distribuição da vacina através do Sistema Único de Saúde (SUS). O discurso anti-China foi fortemente propagado pelas alas fiéis ao bolsonarismo e passou a ser instrumentalizado para a mobilização da base social do



presidente. A politização da vacina, assim, ganha forças em vistas de sua origem chinesa e do fato de que o acordo entre China e Estado de São Paulo foi propiciado por João Dória, um ex-apoiador do governo que ganhou visibilidade através de suas críticas a Bolsonaro no combate a pandemia (Sousa *et al*, 2020).

No que tange o relacionamento com os EUA, ficou evidente a postura auto-interessada estadunidense quando o país reteve os respirados comprados pela região Nordeste brasileira. Nesse mesmo ímpeto, Trump suspendeu a entrada de brasileiros no país e reiterou o Brasil como uma ameaça à segurança dos EUA, ao passo que declarava as pautas comerciais bilaterais como prioritárias. Essa subordinação explícita baseada no obscurantismo e nos ataques à ciência, criou um alinhamento sem fundamentos científicos ou estratégicos a um governo que já não vigora mais, e, assim, coloca a PEB de Bolsonaro à prova e isola cada vez mais o Brasil. A posse de Biden nos EUA em 2021, somada à reintegração do país à OMS e ampliação das medidas de isolamento e vacinação feitas nos EUA, faz com que o Brasil se veja isolado e na posição de pária internacional (Estados Unidos Da América, 2020).

A postura brasileira em relação à pandemia reverberou internacionalmente. Na região, o país foi altamente criticado e diversos países vizinhos fecharam suas fronteiras com o Brasil. O presidente argentino, Alberto Fernández, fez críticas à postura brasileira em opor-se à quarentena e às medidas mais severas de combate à pandemia. Após impor um *lockdown* na Argentina, Fernández fechou as fronteiras com o Brasil e só as reabriu no final de 2020. O Paraguai, país afeto ao governo Bolsonaro, por sua vez, colocou o Brasil como a principal ameaça na luta contra a pandemia na região. Assim como a Argentina, fechou suas fronteiras para o Brasil. A Colômbia, por seu turno, declarou que a falta de ação brasileira, bem como a ausência de uma ação coletiva, era responsável pelo aumento de casos em uma região colombiana que faz divisa com o Brasil (Almeida *et al*, 2020).

Apesar da postura brasileira para a região e sua negação da importância das instâncias regionais, o Focem – Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – liberou recursos aos países membros para combate à pandemia. Vale lembrar que o esvaziamento da Unasul pôs fim ao Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS) e ao Instituto



Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) (Albuquerque, 2020). Em contrapartida, a iniciativa regional Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), criada em 2019 como um ambiente de articulação que refletia as aspirações e agendas dos governos sul-americanos à época, não conta com nenhuma forma institucionalizada concreta de governança na área da saúde.

Além do isolamento, a imagem do país fica cada vez mais comprometida e a desconfiança para com o Brasil tende a crescer. Diversos editoriais em grandes veículos midiáticos internacionais denunciaram as ações de Bolsonaro na deslegitimação da pandemia, do combate à mesma e da vacina. O *The Lancet* (2020), por exemplo, apontou o Bolsonaro como a maior ameaça no combate à pandemia do COVID-19 no Brasil. Não obstante, o *Lowy Institute* publicou recentemente um levantamento sobre a resposta dos países à pandemia, onde apontou o Brasil como último colocado no *ranking* (BBC, 2021).

A pandemia, por fim, agravou o processo de desconstrução da agenda externa brasileira de direitos humanos iniciada no primeiro ano de mandato. As posições opostas aos protocolos da OMS, a subordinação a Trump e o negacionismo colocam o Brasil em um restrito grupo de países violadores de direitos humanos em relação à proteção de civis durante a pandemia (Rodrigues *et al.*, 2020). Denunciado no Tribunal Penal Internacional (TPI) e no Tribunal Internacional de Haia por prática de genocídio e crimes contra a humanidade, respectivamente, Jair Bolsonaro segue mantendo o Brasil de fora dos grandes debates internacionais não só no que tange a pandemia, insistindo na utilização de um medicamento sem eficácia, boicotando as tentativas estaduais e municipais de conter a disseminação do vírus e as fatalidades e falhando em propor planos de recuperação econômica e vacinação que visem a população brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o objetivo do artigo consistiu em entender como Jair Bolsonaro utiliza do fenômeno das *fake news* para basear sua comunicação política durante a pandemia do COVID-19 em 2020 e quais as consequências disso para a PEB no mesmo período. A partir de um discurso populista e personalista, Bolsonaro fortalece uma via de diálogo com sua base de apoio através do uso frequente das redes sociais, como Twitter, Youtube e Facebook. Mesmo antes da rápida difusão do coronavírus no Brasil, a



comunicação política do presidente já focava na propagação de desinformações. O que se percebe a partir de 2020, é que houve um aumento considerável de declarações falsas, pautadas na desacreditação da pandemia, da ciência e das mídias tradicionais. Nesse contexto, entende-se que essa prática, possivelmente, prejudicou a contenção do avanço do vírus no país, bem como gerou consequências para os mais diversos âmbitos internos.

Por conseguinte, o que se observa na prática é um efeito indireto da propagação das *fake news* na PEB. A constante culpabilização da China, pelo governo Bolsonaro, sobre a origem do vírus acarretou tensões diplomáticas com o maior parceiro econômico brasileiro. Não obstante, a ala pragmática do governo respondeu com retratações em busca de conter os efeitos negativos tanto para os âmbitos externo e interno, tendo em vista a produção de insumos e vacinas pelo governo chinês. Esse posicionamento anti-China é alinhado com outros países, especialmente os EUA de Trump, o que se constata também em outras medidas, como a utilização da cloroquina, a negação da urgência da pandemia e os posicionamentos contrários à OMS.

Desse modo, nota-se também nas esferas multilaterais e regionais uma ausência de interesse e consequente participação do Brasil nas ações coordenadas no combate à pandemia, o que está em concordância com a postura interna de desacreditação da OMS e da ciência. Esse posicionamento antimultilateral, somado ao descontrole da pandemia no país, contribuíram para o seu isolamento, materializado no fechamento das fronteiras para brasileiros e nos debates para a negociação de vacinas, bem como na exclusão do país de diálogos sobre programas de recuperação econômica e de saúde. No campo dos direitos humanos, a (falta de) resposta do presidente à pandemia resultou em denúncias em instâncias internacionais por crimes contra a humanidade e genocídio. De modo geral, percebe-se a deterioração da imagem externa do país frente o sistema internacional.

O posicionamento do governo Bolsonaro frente à pandemia demonstra, mais uma vez, o rompimento com a prática histórica da PEB, tendo em vista a assídua atividade brasileira no campo da cooperação internacional em saúde. O alinhamento automático brasileiro a um governo que já não vigora mais somado ao isolamento internacional,



decorrente da resposta brasileira à pandemia, produz incertezas sobre o futuro da PEB e da imagem internacional do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, M. (2020). 'Globalização da saúde pública: a Organização Mundial da Saúde e a cooperação na América do Sul', *Boletim Opa*, Nº 2, pp. 7-16.

Alden, C.; Aran, A. (2017). *Foreign Policy Analysis*, 2ª Ed. London: Routledge.

Almeida, G. M.; Meirelles, I.; Pennacchio, J. V.; Lima, N.; Sales, R. O. R.; Duarte, T. P.; Cirino, T. N.; Maringoni, G. (2020). 'Brasil e América Latina, anos de retrocesso na integração regional', In: Azzi, D. A.; Rodrigues, G. M. A.; Sousa, A. T. L. M. (Orgs.) *A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia*. São Bernardo do Campo: Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil, pp. 21-30.

Amorim Neto, O.; Malamud, A. (2015). 'What determines foreign policy in Latin America? Systemic versus domestic factors in Argentina, Brazil, and Mexico, 1946-2008', *Latin American Politics and Society*. 57(4), pp. 1-27.

Araújo, E. (2020). 'Chegou o coronavírus', *Metapolítica* 17. 22 de Abril. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chevou-o-comunav%C3%A9rus>. [Acesso em: 22 Mar. 2021].

Baptista, E. et al. (2020). *Construção de uma narrativa paralela: os tweets de Bolsonaro durante a pandemia do Covid-19*. Disponível em: <https://portal.anpocs.org/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt25-19> [Acesso em: 05 Abr. 2021].

Barth, F. (2007). 'Mídia, política e pesquisas de opinião pública', *Revista Debates*, 1(1), pp. 26-48.

BBC. (2021). *Brasil é último em ranking que analisa reação de países à covid-19*. 30 de Janeiro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55870630>. [Acesso em: 03 Abr. 2021].

Bolsonaro, E. (2020). *Quem assistiu Chernobyl vai entender o que ocorreu*. São Paulo, 18 de Março. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1240286560953815040>. [Acesso em: 20 Mar. 2021].

Bolsonaro, J. (2020). *Medidas mundiais de enfrentamento ao Covid-19*. Brasília, 9 de ago. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em:



<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1292523257288167425>. [Acesso em: 04 Abr. 2021].

Brasil. (2020a). *Ministério da Saúde: 'Cloroquina poderá ser usada em casos graves do coronavírus'*. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2020/3/cloroquina-podera-ser-usada-em-casos-graves-do-coronavirus>. [Acesso em: 04 Abr. 2021].

Brasil. (2020b). *Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro>. [Acesso em: 18 Out. 2021].

Burson Cohn & Waffle. (2020). *Twiplomacy study 2020*. Disponível em: <https://twiplomacy.com/blog/twiplomacy-study-2020/> [Acesso em: 05 Abr. 2021].

Casarões, G. (2019). 'Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro', *Pensamiento Propio*, Vol. 24, pp. 231-274.

_____; Magalhães, D. (2020). 'The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug', *Revista de Administração Pública*, 55(1), pp. 197-214.

Diário de Notícias. (2020). *Bolsonaro sobre a vacina de Pfizer: se você se transformar num jacaré é problema seu*. 18 de Dezembro. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-sobre-a-vacina-de-pfizer-se-voce-se-transformar-num-jacare-e-problema-e-seu-13155253.html&sa=D&source=docs&ust=1635168596653000&usg=AOvVaw1qcXukBKl1FJleLQe4vI3>. [Acesso em: 18 Out. 2021].

Estados Unidos da América. (2020). *Proclamation on Suspension of Entry as Immigrants and Nonimmigrants of Certain Additional Persons Who Pose a Risk of Transmitting Novel Coronavirus*. Washington D.C. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/proclamation-suspension-entry-immigrants-nonimmigrants-certain-additional-persons--pose-risk-transmitting-novel-coronavirus/>. [Acesso em: 23 Mar. 2021].

Ferreira, J. R.; Hoirisch, C.; Buss, P. M. (2013). 'Global Governance for Health', *Face a Face*, Nº 12.

Financial Times. (2020). *The 'Ostrich Alliance': the leaders denying the coronavirus threat*. 16 de abril. Disponível em: <https://www.ft.com/content/974dc9d2-77c1-4381-adcd-2f755333a36b>. [Acesso em: 22 Mar. 2021].



Fontes, P. *et al.* (2017). 'A Interdisciplinaridade nos Estudos das Relações Internacionais: a contribuição social da comunicação social aos estudos sobre mídia e política externa', *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 6(12), pp. 1-26.

Fontes, P.; Santos, A. (2017). 'A diplomacia do twitter no governo Temer – os primeiros apontamentos', *Conjuntura Austral*, 8(41), pp. 106-121.

Freitas, A. *et al.* (2021). *Em 826 dias como presidente, Bolsonaro deu 2733 declarações falsas ou distorcidas*. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/> [Acesso em: 07 Abr. 2021].

Galhardi, C. P. *et al.* (2020). 'Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil', *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 25, pp. 4201-4210.

Gardini, G. L. (2011). 'Latin American Foreign Policies between Ideology and Pragmatism: a framework for analysis', In: Gardini, G. L.; Lambert, P. (Eds.) *Latin American Foreign Policies Between Ideology and Pragmatism*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 13-35.

Giglietto, F. *et al.* (2019). '“Fake news” is the invention of a liar: How false information circulates within the hybrid news system', *Current Sociology*, 67(4), pp. 625-642.

Gomes, N. (2010). 'Propaganda', In: Correia, J.; Ferreira, G.; Santo, P. (Orgs.) *Conceitos de Comunicação Política*. Covilhã: Livros LabCom, pp. 107-116.

Harari, Y. N. (2020). 'The world after coronavirus', *Financial Times*, 20 de Março. Disponível em: <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75>. [Acesso em: 22 Mar. 2021].

Hudson, V. (2005). 'Foreign Policy Analysis: actor – specific theory and the ground of International Relations', *Foreign Policy Analysis*, 1(1), pp. 1-30.

Ibañez, P. (2020). 'Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso', *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 9(18), pp. 1-25.

Kupferschmidt, K. (2020). *Three big studies dim hopes that hydroxychloroquine can treat or prevent COVID-19*. Berlin: Science.

Lafer, C. (2001). *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva.

Lee, J.; Xu, W. (2018). 'The more attacks, the more retweets: Trump's and Clinton's agenda setting on Twitter', *Public Relations Review*, 44(2), pp. 201-213.

Lilleker, D. G. (2006). *Key Concepts in Political Communication*. London: SAGE Publications.



Lima, M. R. S. (2005). 'Aspiração internacional e política externa', *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 19(82), pp. 4-19.

_____; Pinheiro, L. (2018). 'Between autonomy and dependency: the place of agency in brazilian foreign policy', *Brazilian Political Science Review*, 12(3), pp. 1-22.

Luigi, R.; Senhoras, E. M. (2020). 'A crise pandêmica da COVID-19 e a (des)governança global da Saúde', In: Senhoras, E. M.; Nascimento, F. L. (Orgs.) *COVID-19: Enfoques Gerenciais na Saúde*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, pp. 115-134.

McNair, B. (2003). *An Introduction to Political Communication*. 3 Ed. London and New York: Routledge.

Milani, C. R. S.; Pinheiro, L. (2013). 'Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública', *Contexto Internacional*, 35(1), pp. 11-41.

Moroni, J. (2017). 'Possíveis Impactos de Fake News na Percepção-Ação Coletiva', *Complexitas - Rev. Fil. Tem.*, 3(1), pp. 130-160.

Nery, T. (2020). 'A ruptura na política externa brasileira e suas dimensões doméstica e geopolítica', *Princípios*, 1(160), pp. 88-111.

Paul, C.; Matthews, M. (2016). 'The Russian "Firehose of Falsehood" Propaganda Model: Why It Might Work and Options to Counter It', *RAND Corporation*.

Rodrigues, G. M. A.; Silva, I. M.; Sabião, M. (2020). 'Política externa, direitos humanos e pandemia de Covid-19', In: Azzi, D. A.; Rodrigues, G. M. A.; Sousa, A. T. L. M. (Orgs.) *A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia*. São Bernardo do Campo: Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil, pp. 57-70.

Saraiva, M. G.; Silva, Á. V. C. (2019) 'Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro', *Relações Internacionais*, Vol. 64, pp. 117-137.

Santo, P.; Figueiras, R. (2010). 'Comunicação Eleitoral', In: Correia, J.; Ferreira, G.; Santo, P. (Orgs.) *Conceitos de Comunicação Política*. Covilhã: Livros LabCom, pp. 77-90.

Santos, L. W.; Albuquerque, M. (2020). 'A pandemia de covid-19 nas políticas doméstica e externa do Brasil: disputa entre poderes institucionais, alinhamento aos EUA e isolamento internacional', *Boletim Opsi*, Nº 2, pp. 19-39.

Shinkman, P. D. (2021). *Twitter deletes Trump's account*. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/national-news/articles/2021-01-08/twitter-permanently-suspends-trump-for-incitement-of-violence>. [Acesso em: 06 Abr. 2021].



Sousa, A. T. L. M.; Souza, B. B.; Fonseca, B. C. D.; Carneiro, G. S.; Abrão, R. A. F.; Santos, V. H. (2020). 'Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo', In: Azzi, D. A.; Rodrigues, G. M. A.; Sousa, A. T. L. M. (Orgs.) *A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia*. São Bernardo do Campo: Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil, pp. 31-45.

The Lancet. (2020). 'Covid-19 in Brazil: "So what?"', *The Lancet*, 395(10235), p. 1461, 09 de Maio. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31095-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31095-3/fulltext). [Acesso em: 22 Mar. 2021].

Trump, D. J. (2020). *Flu season is coming up*. Washington, D. C., 8 de Outubro. Twitter: @realDonaldTrump. Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1313449844413992961>. [Acesso em: 7 Out. 2020].

Vigevani, T.; Cepaluni, G. (2009). *Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula*. Lanham: Lexington.

